

## Artigo

# Capacitação de profissionais da educação acerca do abuso sexual infantil: uma revisão sistemática

## Training of education professionals on child sexual abuse: a systematic review

## Capacitación de profesionales de la educación sobre el abuso sexual infantil: una revisión sistemática

Thais da Costa de Paula<sup>1</sup>, Gabriela Isabel Reyes Ormeño<sup>2</sup>, Karla Julianne Negreiros de Matos<sup>3</sup>

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba- PR, Brasil

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil

### Resumo

O presente artigo consiste em uma revisão sistemática de literatura acerca da capacitação dada aos profissionais da educação sobre a temática do abuso sexual infantil, considerando a complexidade do fenômeno, desde o reconhecimento de sinais de risco, a perpetuação da violência, até o atendimento da vítima. O objetivo do estudo foi identificar a nível nacional e internacional as capacitações e ações que vêm sendo realizadas para instrumentalizar os profissionais da educação. O procedimento consistiu na busca de artigos em duas bases de dados, o Portal de Periódicos CAPES (acesso CAFE) e o periódico Sage open, utilizando os descritores “abuso sexual infantil” e “capacitação”, para artigos publicados entre os anos de 2011 e 2021. Dos 212 artigos encontrados, apenas oito foram selecionados de acordo com os critérios estabelecidos para a pesquisa. A partir dos artigos encontrados foi realizada a leitura na íntegra e divididos em três principais categorias de acordo com as informações mais predominantes nos estudos realizados: Falta de capacitação dos profissionais sobre o tema do abuso sexual; Desconhecimento dos profissionais acerca dos trâmites e fluxos de atendimento; Dificuldade em falar sobre o tema da sexualidade em sala de aula. Tais categorias apontam a necessidade de instrumentalizar os profissionais da educação sobre o abuso sexual infantil aproximando-os do conhecimento dos melhores meios e procedimentos a serem adotados para proteger as crianças e adolescentes no ambiente escolar.

### Abstract

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Mestra em Educação (UFPR), Psicóloga e Especialista em Psicologia Clínica pela PUC do Paraná. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-4736-8924>. E-mail: [thais.paula@ufpr.br](mailto:thais.paula@ufpr.br)

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia, Mestra em Educação e Psicóloga pela Universidade Federal de São Carlos. Professora adjunta no Departamento de teorias e Fundamentos da Educação na Universidade Federal do Paraná. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0003-2803-9436>. E-mail: [gabrielareyes@ufpr.br](mailto:gabrielareyes@ufpr.br)

<sup>3</sup> Doutora, Mestra em Saúde Coletiva e Psicóloga pela Universidade Estadual do Ceará. Docente e pesquisadora na UECE. Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-2485-8541>. E-mail: [karlamatospsi@gmail.com](mailto:karlamatospsi@gmail.com)



This article consists of a systematic literature review on the training given to education professionals on the subject of child sexual abuse because of the complexity of the phenomenon, from the identification of risk signs, the perpetuation of violence, to the care of the victim. The study aimed to identify, at the national and international level, the training and actions that have been taken to equip education professionals. The procedure consisted of searching for articles in two databases, the CAPES journal portal (CAFe access) and the journal Sage open, using as descriptors "child sexual abuse" and "empowerment" for articles published between the years 2011 and 2021. Of the 212 articles found, only eight have been found according to the criteria established for the research. From the articles selected, the reading was carried out in full and divided into three main categories according to the most prevalent information in the studies carried out: Lack of training of professionals on the topic of sexual abuse; Professionals' lack of knowledge about the procedures and flows of care; Difficulty talking about the topic of sexuality in the classroom. These categories point to the need to equip education professionals about the sexual abuse, bringing the best means and procedures to be adopted to protect children and adolescents closer to their reality in the school environment.

### Resumen

Este artículo consiste en una revisión sistemática de la literatura sobre la formación que reciben los profesionales de la educación en el tema del abuso sexual infantil ante la complejidad del fenómeno, desde la identificación de los signos de riesgo, la perpetuación de la violencia, hasta el cuidado de la víctima. El objetivo del estudio fue identificar, a nivel nacional e internacional, la formación y acciones que se han llevado a cabo para equipar a los profesionales de la educación. El procedimiento consistió en la búsqueda de artículos en dos bases de datos, el Portal de Revistas CAPES (acceso CAFe) y la revista abierta Sage, utilizando como descriptores "abuso sexual infantil" y "capacitación" para los artículos publicados entre los años 2011 y 2021. Se encontraron 212 artículos, según los criterios encontrados para la búsqueda sólo ocho fueron seleccionados se realizó una lectura completa y los datos fueron divididos en tres categorías: Falta de formación de los profesionales en el tema de abuso sexual; Falta de conocimiento de los profesionales sobre los procedimientos y flujos de atención y Dificultad para hablar sobre el tema de la sexualidad en el aula. Estas categorías apuntan a la necesidad de equipar a los profesionales de la educación sobre el abuso sexual infantil, acercando a su realidad los mejores medios y procedimientos a adoptar para proteger a la niñez y la adolescencia en el entorno escolar.

**Palavras-chave:** Capacitação, Abuso sexual infantil, Profissionais da educação.

**Keywords:** Training, Child sexual abuse, Education professionals.

**Palabras clave:** Capacitación, Abuso sexual infantil, Profesionales de la educación.

### Introdução

A violência é um fenômeno cultural e social que acarreta prejuízos de curto e longo prazo no âmbito individual e coletivo. Stelko-Pereira e Williams (2019) trazem uma discussão importante sobre a definição de violência e mencionam autores clássicos que abordaram a temática, como: Skinner (1953, 2003) e Chauí (1984), caracterizando a violência com um ato que inflige sofrimento a um outro, com caráter coercitivo, exercendo uma relação de poder com o agredido. Trata-se de uma discussão ampla sobre a terminologia, pois é difícil explicá-la de forma simplista, sem considerar todos os vieses nos quais



ela está enraizada. Esta pode ocorrer de várias formas, podendo ser na forma física, psicológica, sexual ou negligência, resultando em dano real ou potencial ao pleno desenvolvimento saudável da infância, sendo chamada também de maus-tratos (Organização Mundial da Saúde, 2002).

A partir disso, este trabalho tem como enfoque discutir a violência sexual contra a criança e o adolescente, utilizando como definição o disposto na Lei 13.431 de 2017, que, dentre outros ordenamentos, conceitua a violência sexual como qualquer tipo de conduta que constranja a criança ou adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou outro ato libidinoso, podendo ocorrer de modo presencial ou por meios eletrônicos, que envolva estimular o agente ou outros, sexualmente. A Lei ainda define de forma mais específica o Abuso sexual infantil (ASI) como a ação que faz uso da criança para fins sexuais, dentro do exposto anteriormente (Brasil, 2017). Pode ocorrer o abuso nas formas de práticas eróticas e sexuais, assédio verbal, exibicionismo, voyerismo, toques e carícias com cunho sexual, sexo oral, penetração do órgão genital ou de objetos, podendo ainda o agressor agir com violência física ou então por meio de ameaças ou indução ao ato (Brasil, 2002; Brasil, 2017; Stelko-Pereira; Williams, 2019).

Esta violência ocorre, na maioria dos casos, dentro do âmbito familiar, sendo que grande parte dos agressores desempenham papel de cuidadores, na grande maioria os pais, mas também os parentes e os amigos, possuindo uma relação de confiança e cuidado com a vítima, tornando assim a criança e adolescente ainda mais vulnerável devido ao vínculo fortalecido com o agressor, em que este raramente utiliza de violência física de forma explícita, empregando, muitas vezes, manipulação ou ameaças (Sanderson, 2005; Cardin; Mochi; Bannach, 2011; Malta *et al.*, 2017).

Desta forma, o ambiente familiar, que deveria ser de maior proteção para as crianças, acaba sendo o de maior risco, deixando-as desprotegidas e expostas ao seu agressor diretamente, diariamente. Além disso, o ASI ocorre muitas vezes de maneira silenciosa, sem que aqueles que permeiam o ambiente da criança percebam o acontecido. É comum o entendimento de que o ASI ocorra apenas com penetração ou que o agressor seja do sexo masculino e que este agirá sempre de forma violenta.

Contudo, na maioria dos casos, a prática se dá por toque ou carícias, não deixando marcas físicas, podendo ser cometido por mulheres; pode ocorrer apenas uma única vez ou se perpetuar por muitos anos. Isso aponta para a necessidade de estar atento aos sinais que a criança pode dar com mudanças de comportamento quando é vítima dessa violência (Sanderson, 2005; Brino, 2007).

É importante mencionar também a dificuldade que as vítimas dessa violência enfrentam perante às consequências do abuso. O estudo de Schneider e Habigzang (2016) aponta a necessidade de intervir com o atendimento terapêutico adequado às vítimas de violência sexual, levando-se em consideração o alto nível de sofrimento que estas podem apresentar após a violência sofrida. O impacto dessa violência pode ser de curto, médio e/ou longo prazo, que pode ser percebido por comportamentos sexualizados, que não são esperados para a idade da criança, como: masturbação em público; toques em outras crianças que estimulam a excitação; verbalizações de cunho sexual de forma espontânea e repetida; o Transtorno de Estresse Pós-

Traumático (TEPT); pesadelos; quadros ansiosos; problemas em relacionamentos quando adultos, dentre outros, sendo vivenciados por cada indivíduo de maneira singular (Habigzang; Koller, 2012; Williams, 2012). De modo complementar, é preciso ressaltar que a legislação traz um ordenamento no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), art. 101º; quando há uma violação de direitos da criança ou adolescente pela sociedade, Estado ou família, pode o poder público fazer o encaminhamento para atendimento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial (Brasil, 1990).

Neste ponto é importante mencionar que “intervenção”, como apontado neste último estudo citado e “capacitação”, que é o objetivo principal deste artigo, são palavras com significados distintos. Posto isso, cabe definir a diferença entre as duas palavras. A palavra capacitar é usada no sentido de tornar alguém capaz de algo; nesta pesquisa, o termo foi usado com base em autores e na Legislação Brasileira, que fazem uso desta terminologia quando se aponta a necessidade de algum profissional ser capaz de identificar sinais dessa violência (Brasil, 1990; Brino; Williams, 2003 Assini; Botomé, 2011).

Sobre o conceito de intervenção, Murta e Santos (2015) o utilizam como uma combinação de estratégias que visam gerar mudanças no que tange à saúde, reduzir fatores de risco e aumentar os fatores de proteção, o que, segundo as autoras, exige muito esforço intelectual, expertise e trabalho. Dito isto, cabe mencionar a importância de saber intervir corretamente em situações de abuso sexual, mas que para isso é fundamental a capacitação dos profissionais para que saibam lidar com a especificidade que o tema exige. A revelação, a denúncia e a notificação são necessárias, sendo esta última o ato de publicizar uma situação de modo que o indivíduo que tem conhecimento do fato tem o dever de notificar a um órgão competente (Williams, 2020).

Diante disso, quando se fala em proteção da criança, é preciso mencionar a importância da Legislação Brasileira para a garantia de direitos do bem-estar da infância. A Lei 8.069 de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, traz garantias de proteção integral para a criança, entendendo-a como um sujeito de direitos, e como tal, deve usufruir de saúde, educação, lazer, segurança, dentre outros. O art. 227 da Constituição Federal de 1988 fala do dever da sociedade, como um todo, em proteger a criança.

No art. 70º-A do ECA discorre-se sobre a necessidade em promover espaços locais e entre setores com elaboração de ação e planos com foco na família em situação de violência, tendo como agentes, dentre outros, os profissionais da educação. Ainda, no inciso III deste mesmo artigo, é mencionado como uma das ações necessárias à formação continuada e a capacitação de profissionais da educação, a fim de prevenir, identificar, diagnosticar e enfrentar todas as formas de violência contra a criança e do adolescente.

Além disso, e em consonância com o ECA, vem a Lei 13.431 de 2017, que reforça os apontamentos já listados como direito da criança, mas traz um olhar ainda mais específico para o atendimento especializado da criança vítima de violência sexual, objetivando que este atendimento seja feito de forma mais célere, humanizada e qualificada. No art. 14, inciso II desta Lei, consta a necessidade de capacitar de forma continuada e interdisciplinar os profissionais que atuam com crianças. A partir disso, leva-se a pensar em formas e

ambientes que protejam este ser ainda em desenvolvimento (Brasil, 1988; Brasil, 1990; Brasil, 2017; Brasil, 2018).

Diante do exposto, cabe mencionar o importante papel da Escola, que é um possível ambiente de proteção para a criança, uma vez que a maioria dos casos de ASI ocorrem dentro do núcleo familiar, como mencionado anteriormente. A escola tem em sua função social proporcionar o saudável desenvolvimento da criança e assume um papel importante de proteção da criança quando há profissionais capacitados a reconhecer sinais de violência, e de forma mais característica, o abuso sexual.

Esta proteção torna-se eficaz a partir do momento em que os profissionais que atuam no ambiente escolar se tornem preparados para lidar com casos envolvendo esta temática tão complexa, e tenham conhecimento suficiente sobre o fenômeno para identificar os sinais e proteger a criança que foi, está sendo vítima ou está em situação de risco (Brino; Williams, 2003). Brosseguini e Iglesias (2020) realizaram uma revisão integrativa de literatura acerca do abuso sexual e apontaram resultados que enfatizava a necessidade de capacitar os profissionais para trabalhar em rede de cuidado, e tal capacitação deve ser contínua, avaliando os programas de capacitação utilizados a fim de identificar possíveis falhas nessas articulações em rede.

Deste modo, os profissionais da área da educação tornam-se aliados no sentido de prevenir, proteger ou até impedir que a violência aconteça, enxergando precocemente um ambiente de risco ou sinais que apontam a iminência de uma violência ou negligência. Diante da especificidade que é trabalhar com casos de ASI, cabe ressaltar que nem sempre a criança irá verbalizar o ocorrido, por vezes por culpa, por medo, por vergonha, ou até mesmo por nem compreender que está sendo vítima de uma violência, podendo ela “comunicar” o ocorrido, ou seu sofrimento, por mudanças de comportamento, baixa no rendimento escolar, isolamento social, dentre outros (Brino; Williams, 2003), fato este que reforça a importância do olhar atento do profissional da educação a estes sinais.

Portanto, a relevância deste trabalho está em trazer luz a um problema de caráter social e de saúde pública por meio de uma revisão sistemática sobre os artigos que falam sobre o tema do abuso sexual infantil e a capacitação que vem sendo dada aos profissionais da educação, com o objetivo de analisar na literatura o que tem sido feito quanto à capacitação de profissionais da educação sobre o tema, visando identificar o que precisa ser aprimorado no que tange ao conhecimento dos profissionais quanto a formas de notificar, trâmites e fluxos, a abordagem do profissional perante um caso do ASI, e se tais medidas têm sido eficazes no que tange à prevenção e proteção de crianças. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura dos últimos dez anos, em duas bases de dados, buscando averiguar tais questões apontadas.

## **Método**

Um trabalho de revisão sistemática utiliza como fonte de dados a literatura, visando um resumo de evidências relacionadas e uma estratégia de intervenção específica, utilizando métodos explícitos e sistematizados de busca, um olhar crítico e síntese da informação selecionada.



Com base nisso, foi feita uma revisão sistemática de artigos com a pergunta norteadora “qual capacitação tem sido ofertada aos profissionais da educação sobre o tema do Abuso Sexual Infantil?”, que foi construída utilizando-se a estratégia (PICO: População-alvo; Intervenção; Comparação; “Outcomes” que significa desfecho), isto é, este é o acrônimo utilizado para definir a população-alvo da pesquisa que, no caso, são os profissionais da educação, o interesse da intervenção que são as capacitações realizadas com estes profissionais, a comparação ou diferenciação de capacitação e de outras ações realizadas sobre a temática, e por fim, o desfecho analisando o que foi feito nos estudos.

Para responder a esta pergunta norteadora foram utilizados critérios de inclusão e exclusão, e posteriormente agrupados de forma a analisar os resultados obtidos com critérios específicos para limitar o viés de seleção de artigos, avaliando e sintetizando em categorias (Sampaio; Mancini, 2007; Santos *et al.*, 2007).

## Procedimento

Para realizar a busca dos artigos foram selecionadas duas bases de dados: O Portal de Periódicos CAPES, que reúne 294 bases de dados, por meio do acesso à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) e a outra base de dados selecionada foi a Sage Open, que é um periódico de acesso aberto revisado por pares, com uma aba apenas no setor de Educação, contendo 665 artigos. As buscas nas bases foram realizadas em fevereiro e março de 2021.

A escolha dessas ferramentas visou alcançar trabalhos feitos dentro e fora do Brasil, valorizando a temática da Educação. Na CAPES foram utilizados os descritores “abuso sexual infantil” e “capacitação”, e o operador booleano AND, selecionando artigos de 2010 até 2021 e revisados por pares. Seguindo os critérios apontados, foram encontrados 54 artigos, sendo apenas seis selecionados. Já no periódico Sage Open foram utilizados os descritores “*child sexual abuse*” e “*training*” e o operador booleano AND.

Cabe mencionar que no portal do Sage open todos os artigos são revisados por pares, eliminando a necessidade de aplicar este filtro, todos os estudos encontrados nessa base tinham a língua inglesa como idioma original, sendo a tradução feita pela primeira autora e revisada pelas outras duas autoras. Foi selecionado o setor “educação”, uma vez que nessa base de dados havia esta opção e é foco deste trabalho. No Portal da Capes não foi utilizado, pois não havia esta caixa de seleção.

Seguindo os critérios apontados, foram encontrados na Sage Open 158 artigos, sendo apenas quatro selecionados pelo resumo, e apenas três com a leitura na íntegra do artigo. Para melhor organizar o processo que levou aos resultados encontrados, foi realizada uma matriz de síntese que tem como foco proteger o pesquisador de erros durante a análise, servindo também como um instrumento de interpretação e organização para a redação da revisão (Grupo Anima Educação, 2014) conforme a figura 01 apresentada abaixo.

## Critérios de Inclusão

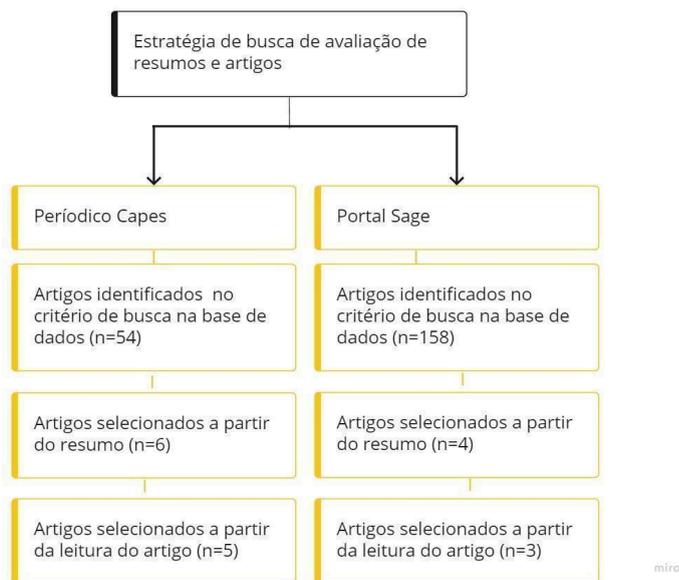


Como critério de inclusão foram utilizados apenas artigos que tinham em seus resumos o termo “abuso sexual infantil” ou “violência contra crianças” e “capacitação” ou formas de intervenção sobre o abuso sexual infantil, revisados por pares.

### Critério de exclusão

Como critério de exclusão foram excluídos artigos que não apresentavam textos completos, artigos que abordavam a violência sexual a outro público que não incluía as crianças e artigos que tratavam unicamente da exploração sexual ou violência doméstica sem falar do abuso sexual infantil, artigos que mencionavam o ASI mas não falavam sobre capacitação ou treinamento de profissionais sobre o tema. Com esse filtro, foram selecionados apenas seis artigos pelo resumo, dentre estes, na leitura dos artigos na íntegra, um deles não abordou nenhum aspecto sobre capacitação, apenas sobre intervenção, então foi excluído.

**Figura 1** – Fluxograma da estratégia de busca de avaliação de resumos



Fonte: elaborado pelas autoras.

Posto isso, seguiu-se com a análise dos dados obtidos, tendo como norte a análise de conteúdo de Bardin (2016), fazendo uso da leitura sistematizada dos artigos selecionados, caminhando então para as unidades de análise e a categorização com critério semântico, que significa que serão categorias agrupadas por temas.

### Resultado e Discussão

Pela revisão sistemática da literatura existente de artigos que tratam da questão do abuso sexual infantil e a capacitação de profissionais, é possível perceber que apenas oito artigos dos 212 encontrados nas duas ferramentas de pesquisa utilizadas, nos últimos dez anos, abrangem os dois aspectos de forma simultânea, conforme aponta o quadro 1, com a descrição dos estudos selecionados, seus objetivos, métodos e principais resultados.

**Quadro 1 – Caracterização dos estudos pesquisados (Continua).**

AUTOR E ANO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO	MÉTODO	LOCAL	RESULTADOS
Brol e Martelli (2018)	Qualitativo	Identificar qual a dificuldade encontrada por profissionais ao falar sobre sexualidade em sala de aula.	Entrevistas com dez profissionais que tiveram formações continuadas na temática em voga, no período de 2006 a 2016.	Cascavel PR	Ficou evidenciada a importância e a necessidade dos profissionais terem formação sobre a sexualidade e acesso a formação continuada, para ter mais segurança para abordar sobre o tema com seus alunos.
Chaves e Costa (2018)	Qualitativo	Analisar a ação dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual.	Pesquisa documental de um estudo técnico realizado pela Vara de Infância e Juventude do Distrito Federal, realizado em uma família.	Distrito Federal	Foi demonstrada a importância do trabalho em rede e a atuação da escola na notificação de casos de ASI.

Egry, Apostólico e Morais (2018)	Qualitativo	Analisar os fluxos da rede de proteção à violência contra a criança, no que concerne à notificação e às decisões encaminhadas.	Os dados foram coletados por meio de documentos oficiais e entrevistas junto a 25 profissionais da Atenção Primária à Saúde, realizadas em três unidades de saúde.	Capão Redondo-SP	A falta de capacitação para notificar e seguir os fluxos de atendimento atrapalham no processo de proteção da criança e do adolescente, além de demonstrar que alguns profissionais não têm conhecimento da temática da violência e não sabem exatamente como lidar ou como reconhecer os seus sinais.
----------------------------------	-------------	--	--	------------------	--

**Quadro 1 – Caracterização dos estudos pesquisados (Continua).**

AUTOR E ANO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO	MÉTODO	LOCAL	RESULTADOS
Koistinen, I. Holma, J. (2015)	Qualitativo	Verificar como profissionais de um centro de saúde enxergam as vítimas de violência física, psicológica ou sexual acometidas dentro do núcleo familiar.	Estudo com 30 profissionais de saúde, sendo médicos, enfermeiros, psicólogos, e trabalhadores sociais através do método de Grupo Focal.	Jyväskylä - Finlândia	Os profissionais analisados colocaram os pacientes que sofreram violência na família em três categorias: uma visível e facilmente reconhecida vítima; uma pessoa sofrida pela violência; uma pessoa que contribui para que a violência continue.
Zhang, Chen e Liu (2015)	Quantitativo	Examinar o conhecimento de professores da pré-escola no que tange à prevenção do abuso sexual infantil.	Estudo realizado com 245 professores de pré-escola em que consistiu em aplicação de questionários.	Beijing- China	Os professores analisados tiveram um baixo conhecimento e preparo para lidar com casos de abuso sexual infantil.

**Quadro 1 – Caracterização dos estudos pesquisados.**

AUTOR E ANO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO	MÉTODO	LOCAL	RESULTADOS
Gwirayi (2013)	Qualitativo	Investigar a visão de alunos do ensino médio sobre estratégias para combater o abuso sexual infantil.	Aplicação de um questionário com 268 adolescentes de uma escola, perguntando as possíveis formas de se combater o abuso sexual infantil.	Gweru, Zimbabué	As respostas predominantes foram de que a escola deveria oferecer lições com guias e conselhos sobre sexualidade, ensinar as crianças sobre abuso sexual nas escolas e de que as crianças deveriam reportar o ocorrido para os policiais.
Assis, et al. (2012)	Quantitativo	Apresentar o quadro de violência doméstica, sexual e outras violências perpetradas contra crianças (0-9 anos) no Brasil no ano de 2010.	Foram avaliados os dados do VIVA contínuo, traçando as violências ocorridas, dentre elas o abuso sexual infantil, o local, o agressor, dentre outros fatores no ano de 2010 no Brasil.	Pesquisa teórica realizada a nível Brasil.	A falta de conhecimento dos profissionais acerca do ECA, do fluxo de notificação e dos instrumentos necessários utilizados para este procedimento, além da falta de preparo técnico e emocional dos profissionais.
Paixão e Deslandes (2011)	Qualitativo	Avaliar o atendimento do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro.	Análise de conteúdo de entrevistas com oito gestores do nível central da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro-RJ	Foram apontadas dificuldades encontradas com a gestão dos casos envolvendo situações de ASI; falta de capacitação dos profissionais; falta de incentivos por parte dos gestores para mobilizar aqueles que atuam diretamente a se especializarem cada vez mais nesse tipo de caso.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Paixão; Deslandes, 2011; Assis, et. al., 2012; Gwirayi, 2013; Zhang, Chen; Liu, 2015; Koistinen; Holma, 2015; Egry, Apostólico e Morais, 2018; Brol; Martelli, 2018; Chaves; Costa, 2018.

Conforme aponta o quadro 01, dos oito artigos encontrados, seis são do tipo de estudo qualitativo e dois são quantitativos. A maioria dos estudos encontrados é do tipo qualitativo, que trazem um olhar para experiências individuais, questões sociais e históricas através de pesquisas orientadas para a mudança ou para colaboração com algum estudo, utilizando narrativas, fenomenologias, etnografias e estudos teóricos (Creswell, 2007). Dos oito encontrados, é importante citar que cinco estudos foram realizados no Brasil, nas seguintes localizações: Rio de Janeiro, Distrito Federal, Cascavel, um estudo documental realizado com dados a nível Brasil e distrito de Capão Redondo-SP. Fora do Brasil, foram encontrados três estudos realizados em Zimbábue, Finlândia e China. Os resultados foram agrupados em três categorias: falta de capacitação profissional, desconhecimento sobre os trâmites e fluxos que envolvem a notificação e dificuldade em falar do tema da sexualidade.

### **Falta de capacitação dos profissionais sobre o tema do abuso sexual**

Os cinco estudos encontrados estavam na mesma direção, a da falta de uma capacitação para os profissionais que lidam com casos de abuso sexual infantil, todos eles realizados empiricamente com profissionais que atuassem com crianças (Paixão; Deslandes, 2011; Assis *et al.* 2012; Zhang; Chen; Liu, 2015; Egry; Apostólico; Morais, 2018; Brol; Martelli, 2018). Além disso, foi abordado em dois estudos, realizados com professores, uma lacuna de conhecimento em suas formações sobre sexualidade com as crianças no ambiente escolar a fim de capacitá-los sobre o tema para poderem orientar melhor alguma criança ou até mesmo falar disso em sala de aula (Gwirayi, 2013; Brol; Martelli, 2018).

Tal falta de conhecimento e capacitação dos profissionais pode ser notada no estudo de Zhang, Chen e Liu (2015) que, por meio de questionário aplicado com 245 professores de pré-escola na China, mostrou que os professores tinham um baixo conhecimento e preparo para lidar com casos de abuso sexual infantil. Ainda, foi observado que os professores careciam de conhecimento sobre medidas de prevenção contra esta violência, indicando que capacitar estes profissionais acerca da ocorrência e local frequente deste tipo de violência, sintomas e consequências do ato, pode ajudar na prevenção, além de que capacitá-los a discutir com as crianças sobre sexualidade, limites do corpo, identificar a ameaça de abuso sexual e contar a um adulto caso isto ocorra.

Este estudo, em especial, é extremamente relevante para esta revisão sistemática, pois responde o objetivo desta pesquisa, retratando a falta de conhecimento de professores sobre o abuso sexual. É evidente que este é um recorte de uma população, no caso, de professores de pré-escola da China, mas que é possível compreender na análise dos questionários aplicados, o quanto há uma defasagem de capacitação para os profissionais que atuam com crianças, e o quanto o seu papel é importante na prevenção e no combate

da perpetuação desta violência que destrói vidas de crianças por todo o mundo.

Destarte, o olhar que estes profissionais têm para com a vítima da violência sexual também é importante, uma vez que, de acordo com o estudo empírico de Koistinen e Holma (2015) realizado com 30 profissionais de várias áreas, apontou que estes têm uma noção estereotipada e distorcida das pessoas que sofreram violência na família, podendo ser por questões culturais, ou status socioeconômico destes profissionais, sendo este o motivo de capacitar estes profissionais sobre a dinâmica de uma família violenta, uma vez que se treinados podem ter atitudes mais positivas frente a pacientes abusados.

É importante mencionar que o estudo de Brino (2007) não entrou na análise desta revisão, por ser um estudo mais antigo dos que os anos selecionados para a busca. Contudo, foi um significativo curso de capacitação a estes profissionais, realizado na cidade de São Carlos-SP. Esse trabalho consistiu na elaboração, implementação e avaliação de um programa de capacitação para 101 professores de escolas municipais infantis, no sentido de capacitá-los sobre o tema do abuso sexual, mas também foi realizado um trabalho junto aos pais e crianças desta escola, 2.918 crianças, alunas destes professores e 2.732 familiares destas crianças.

O programa propiciou aos professores um conhecimento mais específico sobre os sintomas e sinais da criança vítima dessa violência, e com os pais houve um aumento nas respostas adequadas sobre o fenômeno. Com as crianças foram trabalhadas dinâmicas de autoproteção. Como meio de avaliação além dos instrumentos aplicados, foi levantado na comunidade que durante o período de aplicação do programa houve um aumento no número de notificações e de denúncias de crianças novas. Além disso, foi também realizada uma assessoria aos professores que identificassem alguma criança em situação de risco.

Diante dos estudos supracitados, é necessário mencionar que a legislação vigente no Brasil versa sobre a capacitação dos profissionais do sistema de garantia de direitos, contido no decreto 9.603/2018, que regulamenta a Lei nº13.431 de 2017, na seção IV, art. 27º, que menciona a participação destes profissionais em cursos de capacitação para que tenham um desempenho adequado das funções previstas no decreto, dentro do cabível no orçamento dos órgãos envolvidos. Ainda, a lei citada traz um ordenamento claro sobre o direito da criança em ser bem acolhida, conduzida e orientada, com atendimento humanizado, sendo conduzida para atendimento multidisciplinar, intersetorial, como serviços de saúde, socioassistencial, com equipes multidisciplinares especializadas, de forma protegida e resguardando sigilo sobre sua identidade (Brasil, 2018).

### **Desconhecimento sobre os trâmites e fluxos que envolvem a notificação**

Quando se fala em capacitar um profissional para lidar com o tema do abuso sexual, é preciso levar em conta as variáveis envolvidas no tema, sendo este considerado complexo e difícil de ser conduzido corretamente sem as devidas orientações. Isto é, falta um olhar específico para o tema do ASI (Paixão; Deslandes, 2011), sendo de suma importância conhecer os trâmites,

fluxos, consequências e leis que abarcam esta violência, uma vez que muitos dos casos de violência contra crianças acabam não sendo notificados por conta desse desconhecimento dos profissionais, acarretando, conseqüentemente, na não proteção da criança (Assis *et al.*, 2012; Egry; Apostólico; Morais, 2018). Como, por exemplo, o artigo de Chaves e Costa (2018) apontou a atuação de um diretor de escola que agiu de maneira empática, ativa, protegendo a criança e as irmãs envolvidas no caso de abuso sexual, e ao suspeitar dos ocorridos, buscou a mãe para irem juntos ao Conselho Tutelar efetivar a notificação de violência, fato este que provocou o afastamento do agressor. Neste caso, é possível compreender o quão importante é a capacitação dos profissionais que atuam na escola, a fim de saberem os procedimentos adequados e efetivos para que a criança seja protegida.

O estudo de Paixão e Deslandes (2011) também trouxe um relato de um gestor da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, que mencionou desconhecer os trâmites do fluxo de encaminhamento para casos de violência contra criança, e que as informações não eram passadas aos profissionais que precisam deste conhecimento, além de profissionais da saúde e conselheiros tutelares também não terem tal conhecimento.

No estudo de Egry, Apostólico e Morais (2018) também foi falado, por profissionais da Atenção Primária que atuam no atendimento local e regional de crianças vítimas de violência, um distanciamento entre o protocolo de encaminhamento estabelecido e o que acontece na prática, trazendo um olhar para a dificuldade do trabalho em rede, em que, por vezes, não há uma definição clara entre os profissionais de para onde conduzir os casos, ou então o encaminhamento é feito para os serviços especializados, mas não é feita a notificação diretamente.

De modo a correlacionar tais informações com a Lei vigente no Brasil, cabe mencionar que o decreto 9.063/2018, citado anteriormente, também traz vistas à normatização do trabalho em rede, de forma integrada (art. 9º), definindo o fluxo de atendimento, criando grupos intersetoriais locais para discutir, acompanhar e encaminhar casos suspeitos ou confirmados de violência contra a criança. Tais informações devem ser compartilhadas de forma integrada, por meio de relatórios, seguindo o fluxo estabelecido entre os órgãos competentes, sendo resguardado sigilo da vítima.

Deste modo, o ato conjunto dos Ministros de Estado da Justiça, da segurança Pública, da Educação, do Desenvolvimento Social, da Saúde e dos Direitos Humanos propõe, em Lei, a atuação intersetorial, proporciona humanização, proteção e celeridade nos casos de ASI, minimizando a desconexão de informações entre os profissionais que atuam em rede, como exposto nos estudos de Paixão e Deslandes (2011) e Egry; Apostólico; Morais (2018).

Assim, para melhor conduzir casos de ASI, não basta apenas o conhecimento técnico dos trâmites que envolvem o encaminhamento da criança, é preciso também ter conhecimento do trabalho em rede, comunicando aos outros órgãos competentes as ocorrências, garantindo proteção e atendimento à família. Além disso, para que se possa atender efetivamente ou então ter uma percepção correta da situação envolvendo uma criança, é preciso conhecer o desenvolvimento cognitivo desta acerca da sua própria

sexualidade, bem como estar preparado para conversar, acolher e orientar a vítima.

### **Dificuldade em falar sobre o tema da sexualidade**

Dentre os resultados obtidos na busca, a necessidade de educar tanto crianças como professores sobre o tema da sexualidade foi apontada em dois estudos (Gwirayi, 2013; Brol; Martelli, 2018). Gwirayi (2013) destaca que programas educacionais têm tido um positivo impacto no Estados Unidos, além de outras estratégias de prevenção do abuso sexual, como as mídias sociais e a publicidade, têm feito esforços para alcançar potenciais agressores.

Neste estudo foi realizada a aplicação de um questionário com 268 adolescentes de uma escola no distrito de Gweru, localizada no país chamado de Zimbábue, no sul da África, indagando acerca das possíveis formas de se combater o abuso sexual infantil. As respostas predominantes foram de que a escola deveria oferecer lições com guias e conselhos sobre sexualidade, ensinar as crianças sobre abuso sexual nas escolas e o terceiro com mais votos foi de que as crianças deveriam reportar o ocorrido da violência para os policiais.

Neste sentido, este artigo contribui para a ideia de que quanto mais a escola falar de forma preparada, específica e direcionada para cada faixa etária sobre o abuso sexual infantil para crianças e adolescentes, mais estes estarão preparados para se proteger. Ainda, o ensino precisa ser estendido, e diria que, tão importante quanto orientar as crianças, é orientar os professores e toda a comunidade escolar que atua com este público a estarem cada mais capacitados para identificar sintomas dessa violência e agir de forma preventiva e protetiva.

Na mesma direção, o estudo de Brol e Martelli (2018) apontou a necessidade de trabalhar o tema da sexualidade na escola, esclarecendo as dúvidas, medos e inquietações, além de aprender sobre o limite do seu corpo e o que é errado no campo dos toques e carícias de um adulto ou pessoa mais velha quando se trata de uma criança ou adolescente. Concluiu-se que os profissionais que tiveram acesso a formação continuada tinham mais segurança para abordar sobre a sexualidade com seus alunos. Além disso, a revisão bibliográfica do artigo enfatizou a necessidade de ampliar o acesso a essa capacitação, de modo que os profissionais que atuem na educação estejam preparados para identificar algum sintoma de violência, ou esclarecer questões que possam ajudar crianças e adolescentes em seu desenvolvimento (Brol; Martelli, 2018).

### **Considerações finais**

Diante dos dados e resultados apontados é possível perceber o quanto ainda está defasada, tanto no campo da literatura quanto da prática, a conexão do abuso sexual infantil com a capacitação de profissionais da educação. Compreender o fluxo de atendimento, como se faz uma notificação, entender a dinâmica familiar de uma família que conviveu com essa violência, saber acolher e dar a direção certa para um caso, explicar para a criança sobre o seu corpo, formas de carinho e os limites do aceitável, são pontos mencionados

neste artigo que enfatizam a importância de capacitar tais profissionais visando o menor dano possível para a criança.

Como limite deste estudo é possível dizer que a busca foi realizada em apenas duas bases de dados, embora a base da Sage tenha sido escolhida pelo olhar importante para a educação e por trazer estudos realizados fora do país, e o Portal de Periódicos da CAPES, que reúne muitos estudos em seu portal. O foco da busca foi nos artigos publicados no ano de 2010 em diante, fato este que limita os resultados e aponta que podem haver mais estudos ou discussões que não foram abarcadas nesta revisão sistemática. Sugere-se, portanto, que haja mais pesquisas sobre esta temática produzindo conhecimento e, tão importante quanto, é que haja capacitações eficazes e abrangentes aos profissionais que atuam com crianças no âmbito escolar.

É de suma importância que estas capacitações sejam difundidas e que seja trabalhado com tais profissionais sobre a importância de se instrumentalizar para lidar com tais casos, uma vez que a identificação precoce dos sinais de risco e a notificação possibilitam meios mais eficazes de combater essa violência tão cruel que acarreta sofrimento para muitas crianças e famílias, caso contrário a criança pode continuar em risco, ou sofrendo a violência, que como mencionado neste estudo, pode se perpetuar por anos e acarretar danos gravíssimos a curto e a longo prazo para a vítima.

É importante também mencionar que o estudo trouxe um olhar de regiões diferentes, tanto a nível de Brasil como fora dele, o que denota que a necessidade de falar sobre a sexualidade e trazer este tema para a sala de aula, além de capacitar os profissionais da educação, é uma lacuna que se repete em vários ambientes distintos quando se trata da prevenção do abuso sexual. Por exemplo, nos estudos realizados fora do país, na China foi aplicado um questionário que mostrou a falta de conhecimento dos profissionais da educação.

Finalmente, é possível dizer que a legislação brasileira já caminhou significativamente para a proteção da criança e afirmação de políticas públicas sobre o tema, com a Constituição de 1988, em que a criança é vista como sujeito de direitos; o ECA, em 1990, definindo os direitos da criança em ser protegida e ter seus direitos fundamentais garantidos, sendo ainda mais reafirmado com a Lei 13.431 de 2017, que traz de forma clara a necessidade de capacitar a rede de proteção para lidar com casos de abuso sexual, o atendimento especializado a criança e adolescente, visto a especificidade desta violência.

No entanto, ainda temos caminhos a serem percorridos, tal como apontado nos estudos de Paixão e Deslandes (2011) e Egry, Apostólico e Moraes (2018). Isto é, o direito de proteção e de um saudável desenvolvimento da infância já está consolidado na Lei brasileira, contudo, observa-se que na prática a evolução sobre este tema não caminha no mesmo compasso, há uma lacuna entre o direito e que o de fato acontece na realidade das crianças, ao passo que efetivamente não há ações suficientes para a promoção da lei, carecendo de atitudes mais específicas por parte dos órgãos competentes na prevenção da violência, mais cursos de capacitação oferecidos pelos municípios para instrumentalizar os profissionais, mais campanhas de conscientização desse crime, incluindo o oferecimento de atendimento psicológico gratuito e célere às vítimas para dirimir seu sofrimento, mas

também intervenções junto aos agressores, para interromper a perpetuação da violência.

É possível minimizar os efeitos nocivos desta violência, mas, para isto, é preciso uma ação global para que os profissionais da educação, que estão diariamente com as crianças, estejam atentos e tenham o conhecimento necessário e as ferramentas certas para agir de modo rápido e protetivo com a criança, que pode estar buscando na escola uma saída para seu sofrimento.

## Referências

ASSINI, Luciana Cristina; BOTOMÉ, Silvio Paulo. Abuso sexual infantil: esforços necessários para acabar com essa violência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 1062-1068, jun. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844636020.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

ASSIS, Simone Gonçalves de; et al. Notificações de violência doméstica, sexual e outras violências contra crianças no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 9, p. 1-10, set. 2012. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/notificacoes-de-violencia-domestica-sexual-e-outras-violencias-contra-criancas-no-brasil/10572?id=10572>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/ECA-Lei-n-8.069-de-13-de-Julho-de-1990#art-70>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Lei n. 13.431, de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 4 abr. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm). Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9063, de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 11 dez. 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9603.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9603.htm). Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde**. Brasília, DF: Secretaria de Assistência à Saúde, 2002.

BRINO, Rachel de Faria. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: avaliação de um programa de capacitação**. 2007. 258 f. Tese



(Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Concepções da Professora Acerca do Abuso Sexual Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 1, n. 119, p. 113-128, jul. 2003.

BROL, Izana Stamm; MARTELLI, Andréa Cristina. Abordagem da sexualidade nas formações continuadas de professores e professoras da rede básica de ensino. **Revista Ártemis**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 274-279, jun., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/36304> Acesso em: 17 fev. 2021.

BROSEGUINI, Gabrielly Becalli; IGLESIAS, Alexandra. Revisão integrativa sobre redes de cuidados aos adolescentes em situação de violência sexual. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 4991-5002, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.19282018>. Acesso em: 17 fev. 2021.

CARDIN, Valéria Silva Galdino; MOCHI, Tatiana de Freitas Giovanini; BANNACH, Rodrigo. Do Abuso Sexual Intrafamiliar: uma violação aos direitos da personalidade da criança e do adolescente. **Revista Jurídica Cesumar**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 401-432, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/2090/1413> Acesso em: 01 ago. 2021.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre a mulher e violência. In: CARDOSO, R. (Org.). **Perspectivas antropológicas da mulher**. Vol. 4, Sobre mulher e violência. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CHAVES, E; L. F. COSTA. Doutrina da Proteção Integral e o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 36, n. 3, p. 1-12, dez. 2018 Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl> Acesso em: 16 mar. 2021.

CRESWELL, John W. O Projeto de um estudo qualitativo. In: CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. cap. 3, p. 48-65.

EGRY, Emiko Yoshikawa; APOSTOLICO, Maíra Rosa; MORAIS, Teresa Christine Pereira. Reporting child violence, health care flows and work process of primary health care professionals. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 83-92, jan. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232018000100083&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000100083&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 mar. 2021.

GRUPO ANIMA EDUCAÇÃO. **Manual Revisão Bibliográfica sistemática integrativa: a pesquisa baseada em evidências**. Belo Horizonte: Anima, 2014.

GWIRAYI, P. Fighting child sexual abuse: perspectives of pupils from a developing country. **SAGE Open**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 1-7, jan. 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2158244012472687>. Acesso em: 17 fev. 2021.



HABIGZANG, Luisa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. **Violência contra crianças e adolescentes.** Porto Alegre: Artmed, 2012.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* Fatores associados a violências contra crianças em Serviços Sentinela de Urgência nas capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2889-2898, set. 2017. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232017002902889&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002902889&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 16 mar. 2021.

MURTA, Sheila Giardini; SANTOS, Karine Brito dos. Desenvolvimento de programas preventivos e de promoção de saúde mental. *In:* MURTA, S. G. *et al.* **Prevenção e Promoção em Saúde Mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção.** Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015. p. 168-191.

KOISTINEN, I HOLMA, J. Finnish Health Care Professionals' Views of Patients Who Experience Family Violence. **SAGE Open**, 2015. DOI: 10.1177/2158244015570392 Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2158244015570392>. Acesso em: 22 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial de Violência e Saúde.** Genebra: OMS, 2002.

PAIXÃO, Ana Cristina Wanderley; DESLANDES, Suely Ferreira. Abuso Sexual Infantojuvenil: ações municipais da Saúde para a garantia do atendimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 10, p. 4189-4198, out. 2011. Disponível em: <https://link.ez1.periodicos.capes.gov.br/sfxlcl41?frbrVersion=4> Acesso em: 17 fev. 2021

PARANÁ (Estado). Ministério Público do Estado do Paraná. Comentários à Lei nº 13.431/2017. Curitiba, 2018. (org.). Murillo José Digiácomo & Eduardo Digiácomo. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/lei\\_13431\\_comentada\\_jun2018.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/lei_13431_comentada_jun2018.pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.

STELKO-PEREIRA, Ana Carina; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. O conceito de violência em um paradigma contextual: Distinções necessárias. *In:* WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque *et al.* (orgs.). **Aspectos psicológicos da violência: uma abordagem teórico conceitual.** Curitiba: Juruá, 2019. p. 15-36.

SAMPAIO, Rosana F.; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, fev. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 ago. 2021.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SANTOS, Cristina Mamédio da Costa; PIMENTA, Cibele Andrucio de Mattos; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 3, p. 1-9, mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/CfKNnz8mvSqVjZ37Z77pFsy/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2021.



SKINNER. *Science and Human Behavior*. Nova York: MacMillan. 10ed, 1953.

SCHNEIDER, Jaluza Aimee; HABIGZANG, Luisa Fernanda. Aplicação do Programa Cognitivo-Comportamental Superar para atendimento individual de meninas vítimas de violência sexual: estudos de caso. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 34, n. 3, p. 543-556, mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12804/apl>. Acesso em: 17 fev. 2021.

WILLIAMS, L. C. A. **Pedofilia: Identificar e prevenir**. São Paulo: Brasiliense. 2012.

ZHANG W, CHEN J, LIU F. Preventing child sexual abuse early: preschool teachers' knowledge, attitudes, and their training education in China. **SAGE Open**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 1-7, fev. 2015. Disponível em: [doi:10.1177/2158244015571187](https://doi.org/10.1177/2158244015571187). Acesso em: 22 mar. 2021.

Enviado em: 20/09/2021 | Aprovado em: 02/08/2022

